



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 173ª reunião, realizada em 21 de junho de 2017

1 Em 21 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Jairo
5 José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
6 Sustentável, e o presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira, secretário
7 adjunto. Representantes do poder público: Juliana Pereira da Cunha, da
8 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Lino
9 Ramos do Nascimento, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Leonardo
10 Carvalho Ladeira, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplog);
11 Marcela Lencine Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane
12 Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
13 (Setop); Wesley Antônio Tadeu Monteiro Cantelmo, da Secretaria de Estado de
14 Cidades e de Integração Regional (Secir); Letícia Capistrano Campos, da
15 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da
16 Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Pedro de Freitas Moreira, da Secretaria
17 de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Carlos Henrique Sousa da Silva,
18 da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Andressa de Oliveira Lanchotti, da
19 Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Douglas de Carvalho Henriques, da
20 Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia
21 Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis
22 Fonseca, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
23 Renováveis (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de
24 Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Jurandir Anastácio Silva, da
25 Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas); Carlos Alberto Santos
26 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
27 (Faemg); Adair Evangelista Marques, da Federação das Indústrias do Estado de
28 Minas Gerais (Fiemg); Paula Meireles Aguiar, do Conselho da Micro, Pequena e
29 Média Indústria; João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);
30 Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais
31 (CMI); José Antônio da Cunha Melo, da Associação Brasileira de Engenharia
32 Sanitária e Ambiental (Abes); Ascânio Vaz Silva, da Associação Pró-Pouso Alegre
33 (Appa); Gustavo Henrique Wykrota Tostes, da Organização Ponto Terra; Marcelo
34 Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba;
35 Miguel Angelo Andrade, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC
36 Minas); Enid Brandão Carneiro Drumond, da Universidade Fumec; Alírio Ferreira
37 Mendes Júnior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea);

38 Adalberto Carvalho de Rezende, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME).
39 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino
40 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta
41 a 173ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, desejou
42 boas-vindas a todos os conselheiros e, em seguida, passou a condução dos
43 trabalhos ao presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira, dada a possível
44 necessidade de se ausentar da reunião em virtude de convocação do governo do
45 Estado. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
46 **Homenagem a Eduardo Antônio Arantes do Nascimento.** Presidente suplente
47 Germano Luis Gomes Vieira: “Boa tarde a todos e a todas. Uma reunião do
48 COPAM um pouco diferente das reuniões anteriores, porque é a primeira reunião
49 do COPAM em que eu não vejo o meu companheiro Eduardo sentado na cadeira
50 que sempre lhe pertenceu, sempre à extrema esquerda. Uma pessoa do mais alto
51 calibre, da mais sincera honestidade. O Eduardo costumava dizer uma coisa
52 importante, ele falava assim: ‘Secretário, no mundo do conhecimento, como nós
53 estamos vivendo hoje, ninguém é dono da verdade.’ E é isso, meu caro Eduardo,
54 ninguém é dono da verdade. O COPAM é isso, o COPAM é uma aglutinação de
55 vários e vários interesses, todos eles extremamente legítimos, seja de qual setor,
56 do setor ambientalista, do setor produtivo, indústria, agricultura, universidades,
57 poder público, mas são todos legítimos. E se nós não conseguirmos ter franqueza,
58 a honestidade, a lealdade de tratar entre nós conselheiros, tentando formar aqui
59 entendimentos que são comuns, que muitos não vão ficar satisfeitos, porque a
60 democracia é assim. Um acordo é assim. Se não precisasse de acordo, sempre
61 alguém ia vencer 100% e alguém ia perder 100%. Acordo é porque alguém cede e
62 a outra parte cede. E no COPAM nós temos que trabalhar isso, nós não podemos
63 ter aqui radicalismos, mitos e ideologias que não sejam discutidos, fundados na
64 técnica e na juridicidade. E o Eduardo era um exemplo disso. Porque em nenhum
65 momento, em todas as reuniões que eu presidi em que ele esteve presente, ele
66 nunca faltou com respeito, nem às autoridades públicas nem aos técnicos do
67 Sisema. Que é a coisa que eu mais valorizo na minha gestão. Porque são eles
68 que estão aqui defendendo uma análise que foi feita, com todas as dificuldades
69 que eles têm, dão aqui a cara a tapa a todos nós conselheiros, para mostrar o que
70 eles conseguiram entender, compreender e contribuir, produzir e expor, para que
71 nós possamos decidir. Nós fizemos uma singela homenagem aos familiares do
72 Eduardo, pelo simples reconhecimento de que isso aqui era a verdadeira vida
73 dele. A coisa mais importante para ele – eu conversei com a dona Isabel – era o
74 COPAM. Como ele gostava de vir, como ele gostava de se envolver com as
75 matérias. Mesmo fora do COPAM, ele estava presente, me mandava e-mail, me
76 pedia, inclusive, às vezes, para ir a vistoria para ajudar os técnicos. Eu fui,
77 inclusive, ajudar em Divinópolis, em uma ocasião, e foi pedido dele. Ele falou: ‘Eu
78 não acreditei que você ia, mas você foi’. E o Eduardo tinha essa franqueza. E eu
79 tinha a liberdade completa de poder chegar ali, e ele me cumprimentar com toda a
80 deferência, e eu cumprimentá-lo com toda a deferência sabendo que nossa

81 discussão sempre seria pautada na lealdade, na democracia, na sinceridade e,
82 mais de tudo, na honestidade. Então, Eduardo, onde quer que você esteja, eu
83 peço que você ilumine a nossa gestão, peço que você ilumine o Conselho
84 Estadual de Política Ambiental, para que possamos todos ter sempre as decisões
85 mais racionais possíveis em prol da melhoria da qualidade ambiental de Minas
86 Gerais. Aos familiares, leio o que está escrito na placa que vamos entregar. 'Aos
87 familiares, transmitimos o sentimento de reconhecimento aos inestimáveis
88 trabalhos conduzidos, com imensa sabedoria, pelo aguerrido conselheiro Eduardo
89 Antônio Arantes do Nascimento (in memoriam), que resultaram em perpétuas
90 contribuições pela defesa das causas ambientais por meio do Conselho Estadual
91 de Política Ambiental de Minas, COPAM, Sistema Estadual de Meio Ambiente e
92 Recursos Hídricos (Sisema)'. Eu convido agora os familiares, a dona Isabel Maria
93 Moraes Brandão, esposa; o Edmundo Pires, irmão do Eduardo; e o ex-prefeito
94 Marcio Lacerda, cunhado. Que estão aqui presentes e vão receber, das mãos do
95 secretário de Meio Ambiente, essa singela, mas muito sincera homenagem de
96 todo o Conselho aos trabalhos e às grandes vitórias que o Eduardo conseguiu
97 aqui." Marcio Lacerda, membro da família: "Boa tarde, senhoras e senhores. Em
98 primeiro lugar, meus cumprimentos ao relevante trabalho que é feito aqui por este
99 Conselho tão importante para Minas Gerais. Eu tive a oportunidade e a honra de
100 conviver um pouco, como secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado,
101 em 2007 e 2008, com os trabalhos deste Conselho, e também como prefeito,
102 posteriormente. E certamente, assim como o Eduardo, todos que estão aqui
103 sempre estiveram e estarão prestando relevantes serviços a Minas Gerais. Eu sou
104 casado com a Regina, irmã do Eduardo. O conheci em meados da década de 70.
105 Ele ainda no final do curso de engenharia, que ele abandonou eu acho que já no
106 quinto ano, passando do quarto para o quinto ano, para ser militante. E, desde
107 aquela época, muito jovem, muito sério, muito determinado e com muita paixão
108 pelos ideais de justiça que ele sempre defendeu. Eu penso que o Eduardo é um
109 exemplo daquelas figuras que, felizmente, continuam existindo na nossa
110 sociedade que dedicam sua vida a uma ambição, uma ambição bonita. E ele deixa
111 esse exemplo. Na convivência com ele, eu tive uma passagem, naturalmente,
112 marcante na minha vida. Eu estava em liberdade condicional, libertado pelo
113 regime militar, e o promotor do Ministério Público Militar pediu a revogação da
114 minha condicional. Estava para ser julgado o processo, em Brasília, no Superior
115 Tribunal Militar. E ele me acompanhou em uma saída clandestina para a
116 Argentina, para esperar o resultado do julgamento, lá. Naturalmente, se eu
117 perdesse a liberdade, ele voltaria, e eu daria um jeito de seguir a vida no mundo.
118 Mas o carinho com que ele me acompanhou, cuidou de mim, realmente, revelou
119 quem o Eduardo foi. E estará sempre presente na nossa memória." **Homenagem**
120 **aos conselheiros do COPAM.** Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira:
121 "Senhores conselheiros, nós temos também outra informação que marcará
122 também esta reunião, que é a reunião em que o COPAM completa seus 40 anos.
123 É muito difícil também falar, depois dessa homenagem, mas eu acabei dizendo,

124 na própria homenagem ao Eduardo, tamanha a responsabilidade que é do
125 Conselho por tentar, dentro da sua missão, seus valores, suas competências,
126 formar um conjunto de ideias e tentar tirar dessas ideias algo que seja
127 centralizador para uma verdadeira política ambiental. A Assessoria de
128 Comunicação da SEMAD preparou um texto que marca. Para não me alongar
129 muito, eu vou fazer a leitura do texto, porque realmente registra o passar dos anos
130 do COPAM até a data de hoje. 'O COPAM foi criado, em 29 de setembro de 1977,
131 como Comissão de Política Ambiental, representando um marco na política
132 ambiental de Minas Gerais e do Brasil. Constituída como um colegiado normativo
133 e deliberativo, seu formato foi inovador por prever a participação de
134 representantes de entidades ambientalistas, poder legislativo e da comunidade
135 científica. Pouco antes, os ambientalistas Hugo Werneck e Ângelo Machado se
136 reuniram com o governador Aureliano Chaves e Israel Vargas, presidente da
137 Fundação João Pinheiro, e pressionaram para que fosse criado um órgão de meio
138 ambiente no Estado. Devido à grande resistência do empresariado, o governador
139 não aceitou, mas se dispôs a criar uma comissão. A COPAM foi criada como
140 órgão colegiado integrante do Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia. Pelo
141 Regimento, aprovado em agosto de 1977, compunha-se de um Plenário e cinco
142 Câmaras Especializadas: Câmara de Poluição Industrial, mais tarde, a Câmara de
143 Atividades Industriais; Câmara de Poluição por Adubos Químicos e Defensivos
144 Agrícolas, depois, Câmara de Atividades Agrícolas e Florestais; Câmara de
145 Política Ambiental, Câmara de Defesa de Ecossistemas e Câmara de Mineração e
146 Bacias Hidrográficas, depois, desmembrada entre a Câmara de Atividades
147 Minerárias e a Câmara de Bacias Hidrográficas. A composição do Plenário incluía
148 representantes das secretarias de Estado e vários órgãos governamentais com
149 contribuições na área ambiental, além da Assembleia e de vários segmentos da
150 sociedade: empresariado, ambientalistas, cientistas de de notório saber. Desde
151 então, o COPAM é considerado a maior contribuição do Estado de Minas Gerais
152 para o Sistema Nacional de Meio Ambiente, sendo o primeiro no país a instituir a
153 presença da sociedade civil. Esse formato, inclusive, inspirou o modelo do
154 Conama, criado três anos depois e idealizado por Paulo Nogueira Neto, que era
155 conselheiro do COPAM aqui em Minas Gerais. A primeira deliberação do COPAM
156 foi sobre um desmatamento de 43 hectares na mata do Jambreiro, na Grande
157 Belo Horizonte, para ampliação de uma barragem de retenção de finos de
158 mineração de Águas Claras, da MBR. Na época, o professor Élcio Coelho, da
159 Escola de Engenharia da UFMG, desenvolveu um projeto que reduziu a área de
160 contenção em dezenas de vezes, salvando assim a mata do Jambreiro. Além
161 disso, por meio do COPAM, foi assinado um acordo com a MBR para que
162 refizesse a paisagem da serra do Curral, bem como para arborizar toda a área dos
163 morros circundantes. Hoje, de Belo Horizonte até Ouro Preto, praticamente, tudo é
164 reflorestado devido a esse acordo feito com a MBR, por meio do COPAM. Em
165 dezembro de 1977, foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que assumiu
166 as competências específicas na área de meio ambiente. Já em 1978 o engenheiro

167 e ex-presidente da FEAM, professor da titulada gestão ambiental da Faculdade
168 Fumec, professor do mestrado da Dom Elder Câmara, o consultor José Claudio
169 Junqueira foi convidado para secretário adjunto da Ciência e Tecnologia e
170 ingressou na Secretaria para colaborar com a implantação da política ambiental,
171 fazendo funcionar a dinâmica das Câmaras do COPAM. O modelo do COPAM foi,
172 então, referência, sendo adotado, posteriormente, inclusive, em outros Estados. O
173 Conselho tem sido, ao longo de seus 40 anos de existência, a instância definidora
174 dos rumos da política ambiental de Minas. Podemos lembrar também de alguns
175 episódios que mobilizaram o COPAM, como o projeto de implantação do
176 Aeroporto Internacional de Confins, por volta de 1979, quando o professor Castor
177 Cartelle foi um dos que participaram desse debate. Foi também uma vitória do
178 COPAM a aprovação da Lei 7.772, de setembro de 1980, a primeira lei estadual
179 de controle ambiental do Brasil. Portanto, este momento em que comemoramos
180 os 40 anos de criação deste órgão é muito representativo e nos motiva ainda mais
181 a continuar na luta pelas causas ambientais de Minas. Diversas leis, decretos,
182 deliberações normativas que foram propostos, ao longo desses 40 anos, pelo
183 COPAM contribuíram para o avanço e aprimoramento das políticas ambientais de
184 Minas. Queremos, então, prestar uma homenagem a todos os conselheiros que
185 atualmente exercem esse papel importantíssimo na política ambiental mineira e,
186 em nome de todos, homenagear alguns conselheiros que atuaram, durante todos
187 esses anos, com muito prestígio e muito aguerridos aqui no COPAM. Certamente,
188 o Eduardo seria um desses homenageados. Então nós os convidamos para
189 receber essa homenagem. Dois não estão presentes, mas um deles nós não
190 poderíamos nunca deixar de homenagear, que é o conselheiro Ronaldo
191 Vasconcellos, que nesta sexta-feira faria 30 anos de atividades no COPAM. Dos
192 40 anos do COPAM, 30 anos do Ronaldo Vasconcellos. Então eu gostaria de
193 convidar o conselheiro Gustavo Tostes para, em nome do conselheiro Ronaldo,
194 receber uma homenagem também. O segundo conselheiro também não está
195 presente, é o conselheiro Wagner Costa, da Fiemg, e eu convido a conselheira
196 Paula para representá-lo e receber a homenagem. Convido o João Carlos,
197 também um dos mais antigos, presentes hoje, para nossa singela homenagem. E
198 por último, e não menos importante, o que eu chamo de nosso decano, o Carlos
199 Alberto Santos Oliveira, para receber a homenagem.” **Seminário de Avaliação**
200 **Ambiental Estratégica**. **Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira:** “Nós
201 vamos realizar, na data de amanhã, um seminário de ‘Avaliação Ambiental
202 Estratégica - Perspectivas de aplicação no setor florestal’. Não sei se todos têm
203 conhecimento do que é esse instrumento, mas nós não o temos ainda, de uma
204 maneira efetiva, implantado no Brasil. É um instrumento, realmente, de política
205 ambiental altamente difundido na comunidade europeia, mas aqui no Brasil não há
206 uma experiência de aplicação desse instrumento. Existem vários estudiosos sobre
207 a temática. Trata-se de uma demanda, inclusive, que vai ao encontro das
208 conversas que nós temos mantido, mensalmente, com o setor ambientalista, que
209 é a implantação da Avaliação Ambiental Estratégica para alguns planos de

210 desenvolvimento do Estado. E sabemos que, na Lei Geral de Licenciamento que
211 se discute hoje no Congresso Nacional, eles vão institucionalizar a Avaliação
212 Ambiental Estratégica como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente
213 de modo que se diferencie um pouco a análise do impacto ambiental dos projetos
214 concretamente estabelecidos, em que a análise ambiental e as variáveis
215 ambientais e a mitigação estão muito diminutas, para uma avaliação ambiental de
216 planos, programas e políticas públicas, em que nós temos uma margem de
217 avaliação ambiental mais abrangente, de modo que, inclusive, na avaliação dos
218 estudos ambientais, já tem uma linha condutora da própria avaliação feita sobre
219 planos de desenvolvimento públicos. Por conversas com o setor florestal, e
220 explicando para eles o nosso interesse e a importância disso para o próprio setor,
221 a Associação Mineira de Silvicultura se dispôs, então, a se submeter a uma
222 Avaliação Ambiental Estratégica. Para que isso, de fato, aconteça, primeiro tem
223 que ter um plano de desenvolvimento do setor florestal. Nós começamos
224 conversas com o Instituto Estadual de Florestas, com a Secretaria de Agricultura,
225 com a AMS e com a Codemig, de modo que a Secretaria de Agricultura, dentro de
226 todo o termo de referência que está sendo discutido para elaboração deste plano
227 de desenvolvimento, este plano seja contratado e financiado pela própria
228 Codemig, ao passo que os órgãos ambientais ficarão responsáveis por fazer a
229 Avaliação Ambiental Estratégica sobre esse plano de desenvolvimento. Com uma
230 grande oportunidade de ser um grande piloto para o Brasil, sobretudo porque
231 nesse setor florestal, da silvicultura, nós não temos a rigidez locacional. Então é
232 possível, sim, dentro de uma margem de discussão bastante ampliada, nós
233 encontrarmos uma verdadeira locação em Minas para o desenvolvimento de um
234 setor com todos os contornos ambientais possíveis. Então, para que possamos a
235 começar a elaborar essa avaliação, o primeiro passo foi reunir grandes
236 especialistas na matéria para que possamos discutir as experiências de
237 implantação, os contornos técnicos e jurídicos, para nos dar uma segurança, no
238 segundo momento, na elaboração de um termo de referência para elaboração
239 dessa Avaliação Ambiental Estratégica. Então esse é o objetivo do evento de
240 amanhã. Nós teremos a presença da doutora Andressa Lanchotti, pelo Ministério
241 Público, a doutora Eliana Vilela, que é especialista da Coppe, da UFRJ, o Daniel
242 Fontana e a doutora Fabiana Santos Vilela. A Fabiana é analista de agronegócios
243 do Sebrae, e o Daniel também é da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu
244 vou estar como moderador. Vai ser no auditório térreo do edifício Louis Ensck, na
245 avenida Carandaí, 1.115, no Funcionários. Nós mandamos o convite para todas as
246 Câmaras Técnicas, e fica aqui também o convite extensivo a todos vocês.” **4)**
247 **EXAME DA ATA DA 172ª REUNIÃO DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a
248 ata da 172ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental,
249 realizada em 5 de abril de 2017, com abstenções dos conselheiros representantes
250 da Secretaria de Estado de Fazenda, Secretaria de Estado de Cidades e de
251 Integração Regional, Abes e Fumec. **5) ESTRATÉGIA INTERSETORIAL DE**
252 **REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS EM MINAS GERAIS.** Renata Seidl, da

253 assessoria de Gabinete da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), fez
254 exposição ao Plenário do COPAM sobre a criação de grupo para elaborar e propor
255 uma estratégia intersetorial de redução do uso de agrotóxicos e apoio à
256 agroecologia e produção orgânica no Estado de Minas Gerais, destacando que
257 trata-se de um dos pilares do Plano Estadual de Agroecologia e Produção
258 Orgânica e está sendo desenvolvido coletivamente entre o Conselho de
259 Segurança Alimentar, o Conselho de Desenvolvimento Agrário, técnicos da Saúde
260 e da Emater, dentre outras parcerias. Contextualizou as discussões realizadas
261 com a SEMAD, a Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Agricultura,
262 destacando que a proposta de decreto se encontra atualmente na Casa Civil.
263 Destacou ainda que a proposta de governo foi originária de vontade da sociedade
264 civil registrada nas conferências de segurança alimentar e nas conferências de
265 assistência técnica e extensão rural e por vários grupos e movimentos sociais. “O
266 grupo gestor ou grupo de trabalho teria uma coordenação colegiada, composto
267 por 12 instituições, acompanhado por quatro conselhos: COPAM, Conselho de
268 Segurança Alimentar, Conselho de Desenvolvimento Agrário, Conselho Estadual
269 de Recursos Hídricos e Conselho de Saúde. O grupo será instituído por decreto
270 tendo as principais Secretarias de Estado afetas ao assunto: Desenvolvimento
271 Agrário, Agricultura, Saúde e SEMAD.” **Contribuições do Plenário.** O conselheiro
272 José Antônio da Cunha Melo questionou se existe espaço para a sociedade civil
273 organizada na composição do grupo. Renata Seidl/Seplag esclareceu que a
274 sociedade civil organizada está representada nos próprios Conselhos existentes
275 no Estado e ressaltou que o grupo que formulou a proposta é formado pela
276 Associação Mineira de Agroecologia, universidades, movimentos sociais,
277 Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf), Conselho
278 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), COPAM e CERH. O
279 conselheiro Pedro de Freitas Moreira esclareceu que a Câmara Técnica de
280 Agroecologia e Produção Orgânica é aberta à sociedade civil. “Ao mesmo tempo
281 em que existem a legitimidade e a participação dos colegiados, seria um espaço
282 de tentar entender o esforço do governo para esse processo, quais são as ações
283 de governo, o que está sendo feito, qual é a legislação, o gargalo, em que
284 podemos contribuir, o que está sendo feito na Saúde, como casa com a nossa
285 ação de transição agroecológica. E pautar o meio ambiente para recuperação
286 ambiental para que também se preocupe com essa perspectiva de produção
287 sustentável. Enfim, foi um esforço que, de fato, tem um olhar mais para dentro do
288 Estado. Mas, com é uma pauta muito organizada e construída a partir da
289 sociedade civil, o Cedraf e esses vários outros Conselhos foram a forma que
290 conseguimos conjugar para manter esse diálogo.” Conselheiro Leonardo Carvalho
291 Ladeira: “Eu quero só reforçar que isso era uma demanda de vários fóruns
292 regionais, e nós vamos também tentar envolver, territorialmente, de tal forma que
293 vamos tentar dar retorno. E nós temos, por exemplo, uma estratégia de
294 enfrentamento do problema no campo que a Secretaria de Desenvolvimento
295 Social está conduzindo, e também queremos levar esse assunto por lá, que já são

296 alguns territórios prioritários, que sofrem muito com esse problema do agrotóxico.”
297 João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor geral do IEF, destacou a
298 importância de se evitar o uso intensivo do agrotóxico e incentivar uma produção
299 menos agressiva e com uso adequado do agrotóxico. “O grupo é fundamental
300 para se ter uma política de uso desses insumos para a agricultura, para a melhoria
301 da qualidade dos alimentos e para não se perder a produção. Em termos
302 ambientais, tem muito a ganhar na qualidade das águas e dos alimentos.” O
303 presidente Germano Luis Gomes Vieira informou que uma das sugestões é a
304 inclusão dos Comitês de Bacias Hidrográficas no grupo gestor. Conselheiro Miguel
305 Angelo Andrade: “Primeiro, parabenizar a iniciativa. Comemorando os 40 anos do
306 COPAM, eu parabenizo a todos. Mas na década de 60 foi lançado um livro
307 chamado ‘Primavera Silenciosa’, que é um ícone nas discussões ambientais. No
308 meu entendimento, nós vivemos essa ‘primavera silenciosa’ nesse setor até hoje.
309 E o tema, certamente, nos preocupa e ganha o volume que merece de
310 profundidade sobre todos esses arranjos.” O conselheiro propôs que o COPAM
311 avalie, posteriormente, os números que a estratégia almeja alcançar, qual é o uso
312 de agrotóxicos, seus impactos diretos e indiretos, as principais metas, as
313 principais lacunas em termos de contaminação e de riscos e perdas e o que deve
314 ser feito ambientalmente para se reverter esse cenário. Conselheira Juliana
315 Pereira da Cunha: “O Instituto Mineiro de Agropecuária atua conscientizando e
316 fiscalizando o uso racional de agrotóxicos. Então o Sistema de Agricultura e a
317 Emater veem com bons olhos a iniciativa. É necessária mesmo essa junção de
318 esforços para se ter um plano estratégico, para que o IMA também não atue
319 sozinho.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “São poucos municípios que
320 nos acessam, permanentemente, à procura de informações de uso de Roundup
321 para uso nas capinas químicas nos centros das cidades. Outra demanda: na
322 manutenção de rodovias, beira de estradas, usa-se Roundup. Consultamos o IMA
323 e a Emater, e nos chegou a informação, ao longo do ano passado, de que há um
324 produto Roundup ecológico, que menos mal faz do que os outros. Como ficam os
325 municípios no uso do agrotóxico Roundup ecológico e essas capinas químicas em
326 beira de rodovias? Continuamos ou não?” Renata Seidl/Seplag: “Considerando
327 essa questão dos usos, o decreto coloca que nós temos 90 dias para propor um
328 plano estratégico. É um processo de transição. Não é um processo tão simples,
329 mas estabelecemos no decreto que ainda neste ano saia um plano que ajude
330 nessa transição. Tem vários instrumentos dentro do governo que vamos tentar
331 colocar a favor da sociedade no sentido de se chegar, a curto, médio e longo
332 prazos, às metas que vão ser construídas nesse plano.” Conselheiro Pedro de
333 Freitas Moreira: “É preciso entender que estamos fazendo um decreto que seria o
334 ponto zero desse processo, não estamos pactuando nesse decreto e já
335 assumindo algum compromisso prévio. Mas ao mesmo tempo existe uma série de
336 outras normativas, decreto e outros processos que já limitam um pouco isso. Fora
337 o esforço da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, o que está escrito, inclusive,
338 na sua competência de mudança de modelo produtivo, mas a Saúde, o Consea e

339 uma série de outras perspectivas estão dadas. Então esse grupo seria o marco
340 zero para entender o Estado da arte e apresentar, como governo, uma proposta.”
341 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Como sugestão, o que esse grupo
342 poderia trabalhar, no primeiro momento, seria justamente definir qual objetivo
343 geral, os objetivos específicos, os resultados esperados, as ferramentas utilizadas
344 e os atores parceiros. Seria uma ideia para o grupo trabalhar no primeiro
345 momento.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, representante do Fórum
346 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc): “Eu
347 escutei, ontem, a apresentação sobre essa estratégia. Qualquer iniciativa no
348 sentido de maior sustentabilidade, inclusive, porque tem reflexos diretos na água,
349 é fundamental que seja adotada. Então nós parabenizamos todas as iniciativas no
350 sentido da agroecologia e da agricultura orgânica. Eu me inscrevi mais para
351 informar a este Conselho, ainda mais lembrando as palavras do secretário
352 Germano, no sentido de que a gestão ambiental tem que ser baseada na questão
353 da técnica e da juridicidade. Eu quero informar a este Conselho, eu trouxe um
354 DVD. Existiu uma auditoria operacional do Tribunal de Contas do Estado no
355 Sisema, relacionada com mineração, especialmente, de ferro, que gerou um
356 relatório muito embasado e que foi aprovado, no dia 29 de março, no Tribunal
357 Pleno do TCE, por unanimidade. Então, como eu não vi isso pautado na reunião
358 de hoje, eu trouxe aqui, como Fonasc, para ser compartilhado com todos os
359 conselheiros. Quando nós tomamos conhecimento desse relatório, para nós,
360 sociedade civil, que vimos em uma caminhada com a questão dos impactos da
361 mineração, das violações, da forma, muitas vezes, processual que não é tão justa,
362 não é tão isenta – e não entramos aqui no mérito de quais as razões –, foi uma
363 surpresa saber que, então, realmente, tem uma confirmação de como existem
364 questões graves na tramitação e na gestão ambiental dos licenciamentos ligados
365 a mineração. Então, secretário, eu estou entregando e pedindo que a Secretaria
366 Executiva do COPAM envie a todos os conselheiros. Eu sugiro que vocês leiam,
367 porque a gestão ambiental é feita também de olhar os fatos como são, porque não
368 adianta termos duas realidades, como eu falei ontem no Conselho Estadual de
369 Recursos Hídricos. Uma realidade que estamos vendo, ambiental, social, e
370 estamos caminhando, cada vez, com mais problemas de acesso à água. Temos
371 alterações climáticas gravíssimas, e a região Sudeste está caminhando – ao
372 longo, lógico, de muito mais tempo – para questões de desertificação, e nós
373 continuamos tratando a gestão ambiental sem a urgência e com a mesma
374 velocidade que nós estamos vendo, muitas vezes, encaminhamentos para não
375 criar entraves ao desenvolvimento econômico. Então existem duas realidades.
376 Para nós, que estamos, talvez, muito ligados ainda com as pessoas e os
377 territórios, eu lamento, mas as decisões não podem só ficar no foco racional. Ao
378 longo da história da humanidade, tiveram muitas decisões racionais que hoje
379 olhamos para atrás e sabemos que não foram nada racionais. Inquisição,
380 escravidão... Então na questão ambiental nós temos que começar a trazer outros
381 elementos junto com os racionais. Toda vez nós percebemos uma tentativa de

382 desqualificar o sentimento das pessoas quando perdem uma água, quando ficam
383 emocionadas de ver um rio poluído ou a emoção das pessoas quando são
384 atingidas e ficam querendo dizer e falar o quanto estão sendo violadas nos seus
385 direitos. E é lamentável que, na comemoração de 40 anos do COPAM, ainda
386 tenha esse paradigma, que nós temos que, urgentemente, mudar. Tudo é
387 importante, o racional, o sentimento, o envolvimento de afeto com o meio
388 ambiente, porque esses, muitas vezes ou na maior parte das vezes, estão mais
389 certos do que estudos e estudos e teses de doutorado e de mestrado, como eu já
390 vi.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “A senhora Maria Teresa estava se
391 referindo a uma auditoria operacional do Tribunal de Contas, que é realizada
392 visando melhoria dos procedimentos e processos de todo o Poder Executivo,
393 independente de suas secretarias. O que se apresentam nessas auditorias
394 operacionais são recomendações ou que se apresente ao Tribunal de Contas as
395 justificativas e por que os procedimentos são de tal forma. Então eu não só
396 encaminharei esse documento, que é um documento público, mas o encaminharei
397 junto com o posicionamento da Secretaria justificando por que adota tais e tais
398 procedimentos.” Conselheiro Alírio Ferreira Mendes Júnior: “Eu só gostaria de
399 contribuir com esse tema. Ontem, o Crea-MG realizou a 5ª edição da reunião pré-
400 COPAM, em que nós debatemos e buscamos nos aprimorar nos assuntos antes
401 da reunião. E gostaria de solicitar à Mesa, se possível, para dar a palavra ao
402 nosso supervisor de agronegócio para contribuir nesse assunto, visto que ele
403 realizou um seminário nacional de receituário agrônomo e responsabilidade
404 técnica e esse assunto está tão ligado ao acompanhamento da engenharia.”
405 Emílio Mouchrek Filho, Crea-MG: “Eu sou membro da Câmara de Atividades
406 Agrossilvipastoris, representando o Crea. Nós gostaríamos de relatar que, através
407 da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos, da qual eu respondo pela
408 Presidência, e da Sociedade Mineira dos Engenheiros Florestais, nós realizamos
409 um simpósio nacional de agrotóxicos em 2017. Vale a pena levantar dois aspectos
410 importantes. O primeiro deles é uma decisão nacional surpreendente e que cabe
411 nesse estudo que está sendo feito, tendo em vista que nós levamos a diversos
412 municípios mineiros esse assunto. Uma das sínteses é a seguinte: que seja
413 cobrada a responsabilidade civil daqueles que cometem o crime de receitar, de
414 modo errado, de não respeitar mananciais. Foi uma surpresa, porque teve uma
415 discussão muito grande, de quase um dia, para se entrar nesse consenso. Porque
416 em grande parte do Brasil não existia essa conscientização de que quem faz isso
417 precisar ir para a Justiça, porque é crime ambiental, é crime civil, e tem que ter
418 responsabilidade civil. E por conta disso nós convocamos uma rodada com
419 especialistas nacionais e internacionais. E foi unânime a decisão. Então eu
420 submeto à apreciação senhores – com a aquiescência do nosso diretor de
421 Fiscalização, o engenheiro agrônomo José Caetano e diretor técnico, que está ali
422 – o seguinte: que isso seja, pelo menos, pensado por essa equipe. E que, na
423 próxima reunião da CAP – eu entendo que haverá uma apresentação do Ministério
424 da Agricultura a respeito do assunto – eu peço que coloque isso na pauta, a parte

425 da responsabilidade civil e criminal, e que isso seja realmente respeitado. E quem
426 está falando isso é consultor ambiental. Eu sou professor de gestão ambiental. E
427 gostaria também de dizer o seguinte. A agricultura orgânica, ao contrário do que
428 muita gente pensa, é viável. Por exemplo, nós estamos voltando de uma
429 fiscalização, lá no Sul de Minas, na cultura mais poluída do Brasil, que se chama
430 cultura do morangueiro. Esse morango bonitinho, vermelhinho, tem uma carga tão
431 pesada que eu deixei de comer morango há 40 anos. Porque eu assisti ao início,
432 lá no Sul de Minas, por morar lá na região e por ter sido da Emater. Nós fizemos a
433 reunião agora e verificamos uma coisa surpreendente. Quando a planta é bem
434 nutrida, bem tratada, e o morango chega a ponto de ter adubação foliar com
435 aminoácido quelatado, que é um avanço muito grande, não há uso de agrotóxico.
436 O óbvio está sendo visto agora. Isso foi surpreendente para toda a equipe de
437 fiscais do Crea e, inclusive, para mim, porque eu sempre entendi morango como a
438 cultura mais perigosa, muito perigosa. E tem muita gente que ganha muito
439 dinheiro, tem revenda que só fornece produto para morango. O que nós
440 gostaríamos de falar é que se isso for levado mais em conta, que culturas como
441 morangueiro podem ser levadas na forma orgânica, até porque são áreas
442 menores, desde que bem nutridas, dessa forma que está sendo colocada aqui,
443 são viáveis. Eu não diria que uma cultura de café com 2 milhões de hectares,
444 irrigada, chegaria a esse ponto. Mas o equilíbrio de nutrição mineral e nutrição
445 orgânica, para nós, é altamente viável. Mas eu queria deixar claro que o Crea está
446 agindo dessa forma, a Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos vai agir, no
447 sentido de conduzir a penalização por esse tipo de trabalho e buscar esse
448 equilíbrio orgânico.” **6) AÇÕES E PROJETOS DO FUNDO DE RECUPERAÇÃO,
449 PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS
450 HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FHIDRO). Apresentação:
451 Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Instituto Estadual de
452 Florestas (IEF) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
453 Sustentável (SEMAD).** A superintendente de Administração e Finanças do
454 Sisema, Fernanda Roveda Lacerda Costa, apresentou ao Plenário do COPAM os
455 resultados financeiros do Fhidro nos últimos 11 anos. Foi informado que o saldo
456 acumulado perfaz o montante superior a R\$ 537 milhões. Maria de Lourdes
457 Amaral Nascimento, coordenadora da Secretaria Executiva do Fhidro/IGAM, fez
458 apresentação dos projetos conveniados e contratados. Leonardo Diniz, gerente de
459 Incentivos Econômicos e Sustentabilidade/IEF apresentou sobre o programa
460 Bolsa Verde. Vergílius Maro Clemente, da Gerência do Bioma Cerrado, Caatinga e
461 Campos Rupestre/IEF complementou a série de apresentações destacando
462 projetos do Fhidro com o objetivo de promoção da melhoria da qualidade e
463 aumento da disponibilidade de recursos hídricos nos rios Pará, Velhas e Paracatu.
464 **Debates. Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes:** “Primeiramente,
465 parabenizar pela apresentação, principalmente, o pessoal do IGAM, em relação
466 aos projetos. Pelo menos, a meu sentir, é isso, tem que ver para onde se destina
467 o dinheiro e como se reverte em proveito da sociedade. E isso foi muito bem

468 apresentado pelo IGAM, o Bolsa Verde e o IEF. Agora, isso é uma parcela menor
469 dos recursos do Fhidro, ou seja, menos de 50%. Da parcela maior, que demonstra
470 o principal gasto dos recursos hídricos, não houve essa apresentação de forma a
471 nos demonstrar a efetividade do uso dos recursos. Ou seja, aquele dinheiro que
472 foi repassado para os órgãos públicos foi usado em que projetos, em que status
473 esses projetos se encontram, foram concluídos, se reverteram em proveito efetivo
474 da sociedade como um todo, em que pé isso se encontra? E da grande parte dos
475 recursos – quase 60% foram para esse fim – nós não temos essa informação. Nós
476 só temos a informação de que o dinheiro foi. Então eu acho que deveria se ter o
477 cuidado, pelo menos, de se avaliar como esse dinheiro foi gasto, se, de forma
478 efetiva, os projetos foram concluídos ou não foram concluídos e por que não
479 foram. Os que foram concluídos se transformaram, de forma efetiva, em que
480 benefícios, qual população foi beneficiada com isso? Eu acho que é o mínimo que
481 nós devemos ter de cuidado em relação ao trato do montante desse recurso. A
482 minha outra observação é que eu vi que só parte dos recursos foi gasta, ainda tem
483 um estoque de recursos. No meu ponto de vista, o dinheiro público é para ser
484 gasto e bem gasto, não é para ficar sendo guardado. Ou seja, esses fundos e os
485 recursos públicos estão aí não para ser economizados, mas para ser gastos, e
486 para ser gastos de uma forma racional, de forma bem gasta, que se reverta em
487 proveito para a sociedade como um todo. Então o que eu peço é que gastem o
488 dinheiro. Nos anos seguintes vai entrar mais dinheiro, que devem ser gastos
489 novamente, logicamente, com todos os cuidados, com toda racionalidade. Que
490 aproveitem toda essa série histórica de informação para que isso se reverta em
491 conhecimento necessário para se saber como melhor destinar esse recurso de
492 forma que se transmude em proveito da sociedade como um todo.” Presidente
493 Germano Luis Gomes Vieira: “Realmente, as duas colocações são altamente
494 pertinentes. Sobre a primeira delas, nós tínhamos pedido para a Sefhidro um
495 controle dessa avaliação. Porque se tem controle, se coloca em mapas, gráficos,
496 fica muito mais fácil de demonstrar. Nós pedimos para que, a partir de agora, nós
497 tenhamos, para que em toda reunião do COPAM e do CERH possamos
498 demonstrar a efetividade de todos os projetos. Como o levantamento foi feito em
499 um longo prazo, quase uma década, de 2006 para cá, muitos esclarecimentos são
500 de secretarias que já não existem mais, que foram migradas para outras, e há
501 uma perda dessas informações. Então essas informações agora ficaram
502 concentradas dentro do Sisema para que possamos ter uma forma de passá-las
503 com uma inteligibilidade maior. A segunda, você falou que o dinheiro público é
504 para ser gasto. Sim. Aí, nós pedimos uma avaliação de qual é o problema que
505 leva o recurso a não ser gasto, qual é o diagnóstico que nós temos do que faz
506 com que o recurso não chegue à ponta. E tem vários problemas e com várias
507 possibilidades de ações para enfrentar esses problemas. Primeiro: é uma
508 dificuldade do projeto, de como fazer um projeto, que vai e volta? Então vamos
509 fazer uma oficina de projetos com as pessoas que querem receber o recurso do
510 Fhidro. O problema é mão de obra da análise? Então nós precisamos discutir uma

511 forma de ter parceria com outras instituições para ajudar a analisar esses projetos.
512 Porque nós temos as amarras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não posso
513 chamar um concurso, não posso terceirizar, não posso migrar. Se tiro uma pessoa
514 de um lugar, no outro lugar falta. Outro problema: travas jurídicas. Se são travas
515 jurídicas, problemas de entendimento da legislação, a legislação é ambígua, não
516 consegue abarcar todas as possibilidades, sobretudo das contrapartidas não
517 financeiras, por exemplo, então nós vamos alterar a legislação. Inclusive, a
518 legislação do Fhidro está em etapa de reforma. Está sendo discutida uma nova
519 legislação do Fhidro, que vence em 20 de dezembro. Então nós temos que fazer
520 uma nova proposta de Lei do Fhidro e já colocando todos os contornos que nos
521 facilite o trâmite operacional desses projetos. Eles estão trabalhando, exatamente,
522 nesse diagnóstico, e eu creio que, quando tivermos isso com mais consistência,
523 na próxima reunião, possamos, inclusive, trazer para que os senhores possam
524 contribuir mais, para tirarmos esses encaminhamentos. Eu gostaria de ter o apoio
525 da sociedade civil, da academia ou do setor produtivo para uma forma de fazer
526 essas oficinas de projetos. Como fazer um bom projeto com base na lei que está
527 vigente. Senão realmente fica chovendo no molhado, as pessoas não conseguem
528 fazer os projetos, logo os recursos ficam ali, acabam voltando para o Tesouro e
529 vão ser aplicados em outras políticas sociais etc. Mas você tem toda razão.”

530 Conselheiro Miguel Angelo Andrade: “Primeiro, eu queria agradecer a inclusão
531 desse ponto na pauta, uma demanda da outra reunião. Eu queria reforçar, como
532 sugestão ao Conselho, à Secretaria, que esse tipo de material fosse encaminhado
533 com antecedência, para fazermos uma contribuição com mais profundidade e
534 buscar outros esclarecimentos para compor essa cooperação aqui. O que salta
535 aos olhos, francamente, é essa quantidade mínima de participação da sociedade
536 com projetos de interesse in loco. Isso é gritante e, certamente, tem uma causa. E
537 tem casos anteriores de projetos aprovados, em parte, executados, e que não
538 foram finalizados por questões burocráticas do próprio Fhidro. Existe a motivação
539 da sociedade, nós ensinamos a fazer projetos, todos fazem, lindamente, e na hora
540 de executar existe uma desmobilização, uma falta de cumprimento de
541 responsabilidades com parte das pessoas que executam o projeto. Isso tem um
542 preço muito alto. Eu imagino que, no Bolsa Verde, idem. Quando se motiva o
543 produtor rural a conservar seus recursos naturais, e ele se vê impedido em uma
544 rotina histórica do uso e ocupação da terra que nós temos no Estado, muito
545 predatórios, muitas vezes. Mas ele tem uma iniciativa e depois não é
546 contemplado. Isso são fatores que desmobilizam. Outra coisa que me preocupa,
547 talvez por falta de conhecimento da matéria, pela falta do estudo mesmo do
548 documento: eu percebi que tem recurso que deveria ser provido do orçamento
549 público, como em saneamento de municípios sendo utilizados recursos do Fhidro,
550 e por outro lado não tem projeto da sociedade sendo aprovado. Há um
551 descompasso. Complementarmente a isso, talvez no próximo ponto de pauta seja
552 ainda mais esclarecedor, a falta de termos regularização fundiária sendo utilizada
553 com recurso do Fhidro. Desculpem se eu estiver aqui cometendo algum erro, mas

554 nós temos recursos para isso. Como bem disse o senhor Gustavo, tem recursos,
555 ‘entre aspas’, não gastos ou sobrando, e com utilização de recursos para outros
556 fins. Eu não estou aqui, de forma alguma, acusando que está errado, mas me
557 coloca em dúvida se temos recursos sobrando, recursos de compensação não
558 sendo gastos para regularização fundiária, e recursos do Fhidro sendo utilizados
559 para o mesmo fim. Para mim, gera uma confusão. Se me falasse ‘dê seu voto
560 para deliberar a aprovação’, eu não daria. Pelo desconhecimento ou a confusão
561 que está sendo feita, eu não me sinto seguro. E acho muito interessante e coloco
562 a PUC Minas aqui à disposição nessa cooperação. Nós falamos na última reunião
563 quando da criação de unidade de conservação sem entendimento de áreas
564 prioritárias, por que está criando aqui e não acolá. Por outro lado, o relatório do
565 IGAM, apresentado pela Regina Pimenta, estabeleceu, exatamente, essa meta,
566 muito certa, das prioridades. Para mim, ficou muito claro. No Fhidro, pelo
567 montante de recursos, pela permeabilidade do recurso, em conversas com as
568 Secretarias, inclusive, com programas aqui apresentados, não ver a sociedade
569 apresentando projetos, de forma alguma, eu culparia a sociedade pela sua
570 incapacidade e, sim, pelo dever, seja do COPAM, seja do Estado, sobretudo, de
571 qualificar essa mesma sociedade para ter acesso a esse recurso, o que, no meu
572 entendimento, é a cereja do bolo, o diamante. Ter a sociedade se apropriando
573 disso e da conservação, no caso, com recursos do Fhidro e apoio técnico,
574 inclusive, dos setores que aqui apresentaram. Por fim, eu queria também – me
575 permita, Gustavo, reforçar suas palavras – ter esses entendimentos dos
576 indicadores. Eu conheço muito bem a matriz do Fhidro, de projeto, e tem lá
577 indicadores muito objetivos. E esses resultados devem vir acompanhados desses
578 relatórios. Uma vez que o objetivo é produzir água, conservar etc., quais são os
579 quantitativos e qualitativos? Que tenhamos ainda mais força e fortaleçamos esse
580 programa, que nos é muito caro, muito caro para a sociedade. Então, para além
581 de um comentário do que é bom e do que é ruim, a gente se dispor a mudar
582 aquele gráfico. Por que tivemos tanto sucesso em 2009 e em 2010 e hoje nós
583 temos quatro projetos? Me assusta muito, um Estado deste tamanho, com crise
584 hídrica, com muita gente qualificada, não apresentando e, sobretudo, com projetos
585 que foram aprovados e não foram executados.” Maria de Lourdes Nascimento
586 Amaral/Sefhidro: “Com relação à questão da sociedade, realmente, nós temos
587 uma dificuldade muito grande da sociedade ou mesmo dos municípios e até
588 mesmo dos órgãos estaduais de apresentação de projeto e aprovação desse
589 projeto. Nessa reforma que estamos fazendo da lei – já fizemos a minuta, já está
590 encaminhada, está em trâmite no Sisema –, nós estamos, por exemplo, retirando
591 a contrapartida da sociedade civil, das organizações não governamentais. Porque
592 um dos grandes gargalos de apresentação de projeto e de aprovação de projeto é
593 realmente essa questão da contrapartida. A contrapartida do Fhidro é de 10%,
594 uma contrapartida alta. Além disso, estamos também tendo questionamentos e
595 controvérsias com relação a contrapartida não financeira, o que seria
596 contrapartida não financeira. Nesse novo projeto, nós estamos retirando também e

597 seguindo o novo marco regulatório de ONGs, que dita essas regras da questão de
598 contrapartida. Caso haja contrapartida, tem que haver toda a justificativa dessa
599 contrapartida não financeira. Então uma das estratégias é essa, nós estamos
600 retirando a contrapartida para as entidades não governamentais, diminuindo o
601 valor da contrapartida para as outras entidades, para o município, para que o
602 recurso fique mais acessível, realmente. Outro problema que nós temos nessa
603 questão de apresentação de projeto, que o Germano disse, é a questão da
604 legislação, complexa, falha. A documentação que é apresentada hoje para um
605 projeto, para todas as linhas de ação é a mesma documentação. Então isso
606 dificulta muito. Para elaborar um projeto, é a mesma documentação de um projeto
607 que você vai executar. O desentendimento da legislação é muito grande, e nós
608 estamos também corrigindo isso. Uma das grandes estratégias nossas para a
609 nova legislação é corrigir essa questão da documentação. A documentação está
610 no decreto, e nós não temos como alterar o decreto de uma hora para a outra.
611 Nós temos que cumprir o decreto, toda aquela documentação que está no
612 decreto. Então a nossa intenção é retirar do decreto e colocar essa documentação
613 em termos de referência, realmente, específicos para cada projeto, documentos
614 pertinentes para cada projeto. E também com relação a essa questão de
615 parcerias, realmente, nós precisamos, não temos equipe suficiente para analisar
616 todos os projetos. Realmente, nós temos problemas com equipe, então
617 precisamos muito de parcerias. Nós buscamos parcerias e precisamos de mais
618 parcerias. Fizemos parceria com a Secir, antiga Sedru, a Funasa, e precisamos de
619 mais parcerias, realmente, para nos ajudar a analisar os projetos. Nós fazemos
620 capacitação, inclusive, é uma das atribuições da Secretaria Executiva do Fhidro
621 que estão no decreto. Só que nós temos uma equipe pequena para fazer essa
622 capacitação. A última capacitação que nós fizemos foi em 2014. Nos anos de
623 2015, 2016 e agora em 2017 nós não fizemos, por causa da alteração da
624 legislação. Nós estamos esperando alterar a legislação, porque não faz sentido
625 fazer uma capacitação em cima de uma legislação que vai ser alterada.”
626 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “A PUC se colocou à disposição não só
627 para elaboração de projetos, mas também na prestação de contas, que é
628 problema que nós temos também, com vários convênios ainda pendentes de
629 prestação de contas.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Eu acho que é muito
630 pertinente trazer a pauta do Fhidro nesse processo de renovação. Muito mais do
631 que, simplesmente, avaliar esses dados, nós estamos no processo de discutir a
632 concepção desse fundo e desse instrumento. Nessa provocação eu acho que
633 precisa avançar um pouco no debate para isso. E eu já trago duas provocações
634 em relação a isso. Primeiro, nós estamos tratando de um recurso oriundo de quê?
635 Oriundo das barragens. A criação dessas barragens afeta um certo público, uma
636 certa população, que é, hegemonicamente, da agricultura familiar. Além do
637 impacto ambiental, existe o impacto social da agricultura familiar que está
638 colocado. Aí começam a tornar mais complexos o objetivo do Fhidro e a ação que
639 nós precisamos discutir dentro dessa perspectiva. Nós estamos analisando como

640 foi a execução financeira etc. Mas, antes, nós estamos dando conta ou não de
641 fazer isso? É uma coisa que talvez vá para a gestão dos recursos hídricos, de
642 forma geral. Nós temos um grande processo, por exemplo, no Doce, de
643 universalização do saneamento, sem estratégia clara de implantação da ETE e da
644 ETA, que todos os recursos da gestão hídrica foram para esses planos. O que, na
645 prática, é contratação de consultoria. Ao invés de conseguir ter um impacto e um
646 diálogo com os agricultores familiares, com o processo de recuperação ambiental
647 etc., em um momento de crise hídrica muito grande. Então no objeto que estamos
648 querendo discutir e na construção que está dada nós precisamos aprofundar, e ter
649 uma perspectiva de resposta ao momento de crise hídrica, de resposta ao evento
650 do Doce, de resposta às pastagens degradadas. Então tem uma série de coisas
651 que precisamos olhar e que, às vezes, ficam escondidas dentro do debate de
652 conservação etc., esse debate, hegemonicamente, ambiental, que tira as pessoas
653 do jogo. Então a primeira provocação seria um pouco no sentido de conseguirmos
654 dar um passo nesse debate. Isso já está sendo feito, tenho certeza, pela SEMAD,
655 na minuta. Eu não sei se vai ter algum momento para discutirmos em órgãos
656 colegiados, mas, com certeza, vai ter audiência pública na Assembleia etc. E nós,
657 da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, estamos entre aqueles que defendem
658 que o Fhidro tem que continuar, ampliar etc. A segunda avaliação é um pouco a
659 reflexão que nós, do Estado, temos que fazer da timidez com que esses números
660 são trazidos aqui para nós. São números tímidos. Se pensar que, de 2015 a 2017,
661 nós executamos oito convênios, então é uma execução tímida. Eu também, como
662 gestor público da área de desenvolvimento agrário, quando converso com minha
663 equipe, quando converso, inclusive, com meu secretário, a responsabilidade da
664 execução é do gestor, nunca é do agricultor familiar que não soube apresentar ou
665 da ONG que não soube apresentar. Ou tem um problema legal ou tem um
666 problema administrativo. Quais são os limites colocadas em que podemos
667 contribuir? Apresentar um pouco da solidariedade nesse processo. A Secretaria,
668 em diálogo com a gestão do Fhidro, apresentou a demanda para execução e
669 discussão do Vale do Jequitinhonha. Nós temos feito um diálogo sobre a questão
670 da cisterna de placa. É possível para nós, da Secretaria de Desenvolvimento
671 Agrário, em diálogo com a Secretaria de Meio Ambiente, construirmos um canal
672 de diálogo trazendo a sociedade civil para avançar nesse debate e dar uma
673 resposta no curto prazo? São editais que já foram escritos, que já têm execução,
674 parecer do TCE, do TCU, que já tiveram prática no Estado, que nós podemos
675 tentar, em parceria da Sednor, Seda e SEMAD, dar um volume maior de resposta
676 para o Estado. A mesma coisa pode se pensar com o SAP, definir um objeto claro
677 e abrir por território ou por bloco, uma perspectiva que diminui o peso de análise.
678 Define o objeto, antes, e apresenta, territorializado. Então eu acho que precisamos
679 aprofundar na análise do Fhidro, aceitar as nossas responsabilidades também
680 dessas contradições, para tentar ir para a frente. E entender que também nós
681 temos um prazo, não como Estado, mas como governo, que é curto, para tentar
682 dar uma resposta. Então provocar a SEMAD e colocar a Secretaria de

683 Desenvolvimento Agrário à disposição para esse processo, para tentar dar um
684 pontapé inicial ainda em 2017, tendo em vista que 2018 é ano eleitoral, que tem
685 orçamento, e tentarmos avançar.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Só
686 para lembrar que no governo Itamar Franco houve uma grande audiência pública
687 na Assembleia Legislativa, e o Fhidro já era um problema. Era para ser solução e
688 acabou virando problema. A apresentação foi histórica, mas, mesmo assim, eu
689 dou parabéns às pessoas que falaram. Colocar a Faemg à disposição. E aí, Dr.
690 Germano, Dr. Jairo, a provocação tem que partir do órgão ambiental para darmos
691 solução para esse Fhidro. A Maria de Lourdes falou sobre aquela diminuição de
692 projetos. Em 2008, tinha tantos projetos, e depois reduziu. Eu me lembro de
693 estávamos aqui, neste Plenário, conversando sobre isso, e tinha uma questão que
694 era fundamental. ‘Por que vamos fazer essa exigência e mais essa exigência?’
695 ‘Porque é dinheiro público e tem que ser cercado...’ Então ficava correndo
696 cachorro atrás do rabo, um negócio complicadíssimo. A Faemg se coloca à
697 disposição, mas eu tenho uma curiosidade. Qual é o estoque de dinheiro que,
698 efetivamente, nós temos ainda, devido à ausência de aplicação?” Fernanda
699 Roveda Lacerda Costa, superintendente de Administração e Finanças do Sisema:
700 “Como eu disse, é o balanço orçamentário. Fazemos a conciliação da receita com
701 a despesa. Ao longo dos 11 anos, de 2006 a 2017, é R\$ 537.075.158.”
702 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Esse dinheiro é daquele que está
703 contingenciado?” Fernanda Roveda Lacerda Costa, superintendente de
704 Administração e Finanças do Sisema: “Esse recurso é administrado pelo caixa
705 único.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Tem um estoque de recursos, e
706 para se gastar o dinheiro tem que fazer a programação, para que seja autorizado
707 o gasto.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Não é impossível, então.
708 Porque está muito dentro do que o Gustavo falou, nós temos que dar um jeito de
709 gastar essa grana, e nós vimos aqui exemplos espetaculares de como pode ser
710 gasta. O Bolsa Verde, que foi um procedimento, um programa, vitoriosíssimo, nós
711 estamos perdendo, inapelavelmente. Outro programa que foi exposto também,
712 aquelas ações de prevenção e de recuperação de áreas degradadas. É uma
713 fonte, um manancial espetacular para aplicar dinheiro. Outra coisa também, eu
714 queria até que me explicassem, aquele dinheiro que foi para os Comitês de
715 Bacias. Tem um Comitê que ganhou um tantão de dinheiro e tem outro que
716 ganhou um tantinho.” Fernanda Roveda Lacerda Costa, superintendente de
717 Administração e Finanças do Sisema: “Existe um rateio. A Lourdes vai explicar
718 melhor como é feito esse rateio dos 7,5% do Fhidro, que são rateados entre os
719 Comitês. É para estruturação e operacionalização dos Comitês de Bacias. Esse
720 recurso é somente para isso.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Comitê
721 de Bacia Hidrográfica é um organismo que veio para ter uma função específica,
722 para ajudar a fazer o gerenciamento de recursos hídricos, e nós vamos contar nos
723 dedos de uma só mão quantos Comitês fazem esse trabalho. Então nós temos
724 que utilizar esses valores, de alguma forma, ali, porque não tem também muito
725 sentido um Comitê pegar uma graninha desse tamanho e o outro pegar... Os

726 desafios são muitos, e as sugestões já foram todas dadas. Se conseguíssemos
727 estabelecer um grupo de trabalho...” Maria de Lourdes Nascimento
728 Amaral/Sefhidro: “Essa disparidade entre os valores dos Comitês é porque, na
729 verdade, a Lei do Fhidro determina que até 7,5% dos recursos sejam repassados
730 para os Comitês de Bacias. Esse percentual é aprovado no Grupo Coordenador
731 do Fhidro, todo ano, e é dividido, igualmente, para todos os Comitês que não têm
732 cobrança, que não têm agência de bacia. Essa questão é o repasse do recurso.
733 Quando se começou a repassar o recurso do Fhidro, era por convênio. O Comitê
734 não é institucionalizado, então indicava uma instituição, uma ONG, uma
735 associação para receber esse recurso, para ela administrar esse recurso. Tem o
736 Comitê que não conseguiu essa instituição para repassar, às vezes, conseguiu em
737 um ano e no ano seguinte não conseguiu mais, e aí não recebeu recursos naquele
738 ano. Há Comitês de Bacias que são mais ativos, que têm mais reuniões...”
739 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Quer dizer que, para o Comitê de
740 Bacia ter acesso a recurso para custear, ele precisa ter uma ONG no meio do
741 caminho?” Maria de Lourdes Nascimento Amaral/Sefhidro: “Antes, era isso. O
742 recurso era repassado por convênio. Atualmente, não está sendo repassado por
743 convênio. Atualmente, está se estudando outra estratégia para se repassar esse
744 recurso. Atualmente, o IGAM está fazendo isso, adquirindo toda passagem, diária.
745 Tudo está sendo administrado pelo IGAM. Porque o Comitê não é
746 institucionalizado e não tem como receber esse recurso se não for através de uma
747 instituição. Mas feito convênio com a SEMAD, com prestação de contas.”
748 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Nós acreditamos no Fhidro, mas
749 precisamos do apoio dos demais atores do COPAM para que possamos formar
750 uma correia de propostas de melhorias, para apontar também a solução na
751 Assembleia Legislativa, dentro desse novo projeto lei que virá. Se não contarmos
752 com o apoio das demais Secretarias na força de trabalho de análise dos projetos,
753 eles não vão sair, porque nós não temos essa força de trabalho suficiente. Além
754 disso, nós precisamos dessa capacitação, porque uma ação não exclui a outra.
755 Por isso, essas parcerias também são importantes, não só para projeto, mas
756 também para prestação de contas.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti:
757 “Em relação ao baixo número de projetos apresentados pela sociedade civil
758 implementados pelo Fhidro, eu gostaria de trazer uma contribuição que é a
759 experiência do Ministério Público de Minas Gerais para democratização do acesso
760 da sociedade civil aos recursos oriundos de medidas compensatórias. Foi criada,
761 em parceria com uma Oscip, uma organização do terceiro setor chamada CeMais,
762 e o Ministério Público, uma plataforma chamada Semente. A plataforma Semente
763 permite que as instituições cadastrem projetos. Há uma análise prévia, técnica e
764 financeira dos projetos para o seu cadastramento nessa plataforma. E essa
765 plataforma Semente auxilia os proponentes na própria elaboração dos projetos e
766 democratiza, porque uma associação do Norte de Minas que tem um projeto e não
767 sabe como fazer o projeto corretamente entra em contato com a plataforma, a
768 plataforma dá todas as informações e auxílio técnico, e ela consegue cadastrar o

769 projeto. O projeto fica visível ao promotor de Justiça, que escolhe o projeto.
770 Depois de contemplado, há um acompanhamento contínuo durante a
771 implementação. Isso faz com que os projetos, de fato, sejam executados da
772 melhor maneira possível, com menos dispêndio financeiro. Eu sou também
773 conselheira do Conselho Estadual de Direitos Difusos (Cedif), que é o órgão
774 gestor do Fundif. Lá no Fundif nós estamos vivenciando o mesmo problema do
775 Fhidro. Nós temos ainda projetos do edital de 2012 que não tiveram a prestação
776 de contas apreciada, temos projetos que não foram devidamente implementados,
777 temos recursos vultosos que estão contingenciados, sem utilização. Eu levei essa
778 ideia para o Cedif, de ter um organismo, uma entidade para auxiliar na análise dos
779 projetos e, depois, na prestação de contas dos projetos. Isso foi discutido na
780 última reunião do Cedif, e nesse momento também foram apresentadas outras
781 propostas. As próprias secretarias estaduais poderiam, em um primeiro momento,
782 dispor de seus servidores para fazer esse auxílio técnico. Se não é possível gastar
783 dinheiro com a contratação de um organismo do terceiro setor para fazer isso,
784 então os próprios servidores poderiam. Os projetos são ambientais, como é o
785 caso do Fhidro, e poderia ter alguém da SEMAD que faça esse contato direto com
786 os proponentes, para democratizar. Eu acho que o workshop é uma iniciativa
787 importante, mas não vai resolver o problema, porque há um problema mesmo,
788 contínuo, na elaboração dos projetos. E as entidades são diversas e estão em
789 vários locais do Estado. Então, para que haja democratização, é necessário se
790 pensar em uma estrutura permanente junto ao Fhidro para fazer essa
791 democratização. Senão não teremos sucesso.” Presidente Germano Luis Gomes
792 Vieira: “A Dra. Andressa está sugerindo que nós também pensemos em uma
793 plataforma eletrônica na gestão dos projetos e de auxílio técnico, da mesma forma
794 do projeto Sementes, do Ministério Público. Nós já conhecemos essa plataforma,
795 através da Superintendência de Tecnologia da Informação. Talvez naquela ata de
796 adesão à fábrica de software. É uma coisa supersimples, não é cara, e talvez
797 possa ser elaborada também naquela ata de registro de preços da Copasa.”
798 Conselheiro Adair Evangelista Marques: “Quanto a essa proposta de criar um
799 grupo de trabalho para ajudar nas propostas, o Sistema Fiemg tem boa expertise
800 na questão da metodologia e elaboração de propostas, e nós nos colocamos à
801 disposição para participar, se for necessário.” Conselheiro Leonardo Carvalho
802 Ladeira: “Eu queria ajudar a esclarecer um pouco essas questões orçamentárias.
803 Nós vínhamos percebendo, desde 2015, a necessidade de aumentar a
804 capacidade de execução mesmo. O Estado tem problema orçamentário, mas tem
805 uma determinação do Estado, desde 2015, desde a época do Conselho de
806 Administração do IEF, de tentar sanar essa questão. E reconheceu a dívida, no
807 caixa está registrado esse débito da compensação. O dinheiro físico não existe,
808 mas o direito existe. Então o Estado reconhece o débito e reconhece que tem que
809 ir aos poucos – em acordo com o Ministério Público, isso já está esclarecido –
810 recompondo essa perda dos recursos da compensação. Eu me lembro até que em
811 2015 nós conseguimos gastar mais do que arrecadar, ou seja, começando a

812 pagar a dívida. Eu acho que pouco, ainda, R\$ 10 milhões, mas foi maior o dinheiro
813 colocado, orçamentariamente, do que o arrecadado para aquele ano, pagando um
814 pouquinho do débito. Então isso também em relação ao Fhidro, que tem uma
815 baixa capacidade de execução. A Lourdes conseguiu explicar um pouco a
816 dificuldade da burocracia que é a aprovação desses projetos, de retornar o
817 projeto, que tem a ver com capacidade também de escrever os projetos, mas
818 também com uma burocracia pesada, uma pressão do jurídico, fortíssima, em
819 cima da aprovação dos projetos, de tal forma que a própria Secretaria do Fhidro já
820 antevia os problemas que iam dar na análise jurídica. E isso é uma coisa que,
821 para a pessoa da sociedade, é complicado mesmo, ela até desiste mesmo de
822 tentar passar um projeto. Em 2015 tinha essa questão de edital, mas não se faz
823 edital, então nós abrimos para demandas. Não eram espontâneas ainda, porque
824 não eram abertas, e agora nós vamos tentar fazer isso de maneira mais
825 organizada na revisão da lei. Mas o Estado recebeu propostas e encaminhou
826 essas propostas em 2015. É a recuperação da capacidade de execução, que é a
827 mesma lógica da regularização fundiária. A Seplag, desde 2015, estabeleceu o
828 compromisso. Dada a possibilidade de execução, ela vai liberar o recurso a mais
829 que for necessário. Todo mundo fala 'tem contingenciamento', mas o
830 contingenciamento para essa área não é real. É real, de princípio, pelo seguinte.
831 Quando vai fazer a proposta orçamentária, o Estado não vai colocar lá R\$ 500
832 milhões. O Estado coloca R\$ 30 milhões, mas, se conseguir executar R\$ 40
833 milhões, ele vai suplementar R\$ 10 milhões. E esse é o compromisso. Quando
834 nós fizemos esse compromisso na CPB, por exemplo, para regularização, nós
835 falamos: 'Toda regularização que destravar o jurídico nós vamos pagar'. No dia
836 seguinte que fizemos essa promessa na CPB, liberou R\$ 20 milhões. Liberou e
837 pagou. Então esse é um compromisso da Seplag, orçamentariamente, e da
838 Fazenda, financeiramente. Nós nos comprometemos com o Bolsa Verde, mas, na
839 hora do financeiro, atrasou um pouco mais. Mas nós estamos com o cronograma
840 que está sendo cumprido, o cronograma do financeiro também. É importante
841 saber que tem à disposição, mas ainda precisa dar capacidade de execução. Eu
842 imagino que a capacidade de execução diferencie os Comitês também, porque o
843 que tem agência consegue executar mais, e o que não tem agência não consegue
844 executar. Por isso o IGAM, inclusive, está concentrando agora as aquisições, não
845 passando por convênio. Porque ficavam com pendência de prestação de contas
846 de convênio, e aí não podiam receber mais recursos. Isso era uma coisa que
847 inviabilizava, e a Fátima está tentando, desde 2015, também reestruturar isso para
848 tentar viabilizar. Essa é uma das explicações desse desenho de baixa execução
849 de projetos." João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor geral do IEF: "Só um
850 esclarecimento em relação ao Fhidro e à questão da regularização fundiária. Isso
851 foi em um dado momento, não foi uma coisa usual. Apesar de que, quanto mais
852 recursos tivermos, melhor seria a regularização dessas unidades, porque é
853 também uma questão social. Tem aquelas pessoas que foram afetadas pela
854 unidade e têm que receber esses recursos. Mas essa questão deve ter sido em

855 um momento, em alguma situação específica daquele período de 2008, quando
856 realmente se viu uma possibilidade de regularizar as unidades. Nessa época,
857 quando regularizamos as unidades do Jaíba, onde quase 100% das unidades são
858 adquiridas, foi com recursos do Tesouro. Então não é uma praxe, não é uma coisa
859 usual estarmos utilizando. Depois desse período de 2008, há uma concentração
860 maior dos recursos da compensação, realmente, uma efetivação, um
861 direcionamento, um entendimento maior com relação aos recursos da
862 compensação. E quanto à regularização fundiária, muitas vezes, não é o dinheiro.
863 Ter o dinheiro é muito bom, mas se a Seplag e a SEF liberarem para o IEF
864 amanhã R\$ 1 bilhão para fazer regularização fundiária, eu não tenho perna para
865 fazer. Não é só a questão estrutural, burocrática. Na hora em que passamos para
866 a questão cartorial de regularização dessas terras, as empresas têm dificuldade.
867 Às vezes, elas chegam tentando regularizar, mas têm a dificuldade na questão
868 cartorial, que também é bem complexa. A questão de regularização fundiária com
869 relação ao Fhidro foi em um momento específico, não é usual. Nós estamos, sim,
870 cada vez mais, no IEF, em articulação com o IGAM, com a Secretaria do Fhidro,
871 buscando projetos de restauração florestal. Nós vemos que é uma coisa
872 extremamente importante para utilizar os recursos, vai trazer benefícios sociais,
873 como cercamento. Nós temos retomado essa linha do IEF, intensivamente. Com
874 relação à restauração, realmente nós temos utilizado. Os recursos que existem da
875 compensação para regularização fundiária por que não estão sendo utilizados?
876 Quando termina um processo, que demora um ano, dois anos, nós solicitamos o
877 recurso. A Gerência de Regularização Fundiária está tentando chegar à aquisição
878 da terra. Até chegar à aquisição da terra é um caminho árduo e longo.” Maria de
879 Fátima Chagas Dias Coelho, diretora geral do IGAM: “Nós não podemos dizer de
880 contingenciamento. Na medida em que fossem apresentadas demandas e
881 projetos aprovados, não haveria isso, tem todo um processo que vimos
882 trabalhando nesse tempo. Tanto que em 2015 nós empenhamos quase 80% do
883 que estava orçado. Empenho, não, mas nós assinamos, inclusive, seis convênios.
884 A questão é a seguinte: o pagamento se deu depois, a posteriori. Então tem um
885 processo de pagamento. Uma coisa que é bom lembrar é a limitação do ano
886 eleitoral. Logo em janeiro, nós começamos a sofrer limitação de as ONGs não
887 poderem apresentar projetos e as próprias prefeituras, a partir de junho, salvo
888 engano. Então veio uma orientação, do próprio jurídico mesmo, de não dar
889 encaminhamento a algumas ações. Nós deixamos na forma alguns projetos já
890 elaborados, tanto que nesse ano nós assinamos dois convênios, de dois
891 municípios, porque estávamos só aguardando liberar as questões relacionadas a
892 eleição. E isso nós vamos viver no ano que vem também. Mas eu acho que a
893 coisa mais importante para dar agilidade ao Fhidro é a respeito da Lei do Fhidro,
894 modernizar essa lei. É bom quando conseguimos mudar uma lei baseados em
895 uma prática que tivemos, porque vamos aproveitar as coisas boas, e as coisas
896 que não deram certo nós vamos mudar. Então são a Lei do Fhidro e o decreto. E
897 há esse processo de burocracia. Essa ideia do grupo de trabalho é importante por

898 causa da operacionalização, porque pode mudar a lei, pode fazer um decreto,
899 mas temos que mudar a cabeça de como o Fhidro funciona dentro da SEMAD.
900 Nós temos que nos reeducar nesse aspecto. É importante esse grupo discutir
901 como vai ser esse trâmite, quais são as instruções de serviço que vamos dar para
902 o Fhidro funcionar. Porque o funcionamento, no dia a dia, represa muita coisa,
903 sim, não bate só no jurídico, mas bate em várias questões. Eu já fui pesquisadora,
904 e quando apresentava projeto para órgão de fomento, seja para a Fapemig ou
905 Fundo Nacional de Meio Ambiente, eu via que a dinâmica conseguia ser mais
906 rápida. Funcionava com consultores 'ad hoc', porque não éramos obrigados a ter
907 um grupo enorme para analisar projetos. Nós temos essa dificuldade. Não é
908 preciso ter uma equipe enorme para analisar tudo que chega, será impossível,
909 pois chegam projetos de diversas naturezas. Então nós temos que ter, sim, esse
910 grupo de trabalho. Eu acho que nós temos que usar essa questão da plataforma
911 colocada, mas repensar a forma de trabalhar, de atuar, e esse grupo vai servir
912 para isso.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Um ponto é tentar entender os
913 editais, principalmente os editais de cisterna. O edital de cisterna foi a política
914 pública mais universalizante com tecnologia social, que implantou 1 milhão de
915 cisternas no Brasil inteiro. A lógica da diferença dele é que define a tecnologia,
916 anteriormente, então, o grau de análise diminui, porque têm definidos o valor que
917 é para tecnologia, a dificuldade etc. Tem todo um padrão. Ao invés de a entidade
918 falar como vai fazer a cisterna, o próprio edital define como se faz isso para
919 captação de água de chuva, e tem um volume de resposta muito grande. Foi isso
920 que fez com que chegasse até essa escala de 1 milhão de cisternas no semiárido
921 brasileiro, uma política que cabe dentro do Fhidro, que é captação de água de
922 chuva etc. Esse modelo de definir a tecnologia social, anteriormente, e colocar
923 para a sociedade civil se tem interesse em executar essa tecnologia dá uma
924 resposta de escala que diminui o peso e o prazo de análise. É só uma
925 provocação, porque isso pode ser um modelo que nos ajude a tentar acelerar um
926 pouco esse processo, entendendo o 'time' também da política, esses limites etc. E
927 colocamos à disposição a Secretaria de Desenvolvimento Agrário.” Conselheira
928 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos
929 Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc): “Entre ontem e hoje está acontecendo
930 o Fórum Mineiro de Comitês de Bacia, e eu estou aqui trazendo uma demanda
931 dos Comitês de Bacia. Eu vi que realmente foi apresentado aqui. Pelo que
932 percebi, de 2006 a 2017, em relação aos Comitês de Bacia, tem um déficit de
933 3,9%. A legislação determina que 7,5% é para o funcionamento, para que os
934 Comitês de Bacia existam. Independente do que está para trás, se pegar 3,9% do
935 que tem que ser disponibilizado para isso, os Comitês de Bacia estão com um
936 rombo de quase R\$ 21 milhões. Isso significa que, ao longo desses anos, os
937 Comitês de Bacia, que, no nosso entendimento, são fundamentais para essa
938 questão hídrica participativa nas bases, dentro da unidade territorial bacia
939 hidrográfica, que é o que a nossa legislação brasileira fala... E o mais
940 surpreendente é que, se Comitês de Bacia não têm essa questão de projeto,

941 burocracia, que foi apresentada, por que neste ano, até hoje, meio do ano, não
942 houve nenhum repasse para os Comitês de Bacia? Ou seja, eu estou trazendo
943 aqui um apelo. Eu sou do Comitê do Velhas, sou do Sub-Comitê Águas do
944 Gandarela. Comitê de Bacia, onde estão todos os setores, é a unidade de gestão
945 mais próxima de onde a água brota, onde a água corre, onde a água é poluída. E
946 são órgãos de Estado. Eu acho importante esclarecer que esse recurso não vai
947 para ONGs, no sentido de ONG, são agências de bacia, são órgãos de Estado,
948 porque envolve dinheiro público. Essas informações são muito importantes de
949 serem trazidas, porque percebemos que o elemento sociedade civil, pessoas que
950 têm essa caminhada de lidar com território e com as águas, toda hora somos
951 surpreendidos com esse tipo de situações que temos que esclarecer. Senão,
952 alguém que não conhece, fica achando que esse recurso está dentro de uma
953 ONG. Não, existe a agência de bacia. Na agência de bacia, inclusive, são
954 funcionários que recebem. Nos Comitês de Bacia, quem participa é tudo
955 voluntário. Qual a justificativa? Se houve uma determinação de que, mesmo sem o
956 dinheiro no caixa, é uma dívida do Estado com o Fhidro, qual a justificativa de,
957 neste ano, os Comitês não terem recebido um único repasse? Temos que fazer
958 essa reflexão. Temos que olhar, porque se falou aqui de crise hídrica. Nós
959 sabemos a grave questão de escassez hídrica. Ontem, no Conselho Estadual de
960 Recursos Hídricos, estava se falando de uma resolução da ANA, do 'Dia do Rio'.
961 Quarta-feira, nenhum tipo de usuário, a não ser pessoa, vai ter que não ficar
962 usando água. Porque nós estamos vivendo situações concretas. Então como tem
963 recurso, e os Comitês de Bacia, que são fundamentais até para fazer o cuidado
964 com a água, estão sem repasse? Por que têm que apresentar projeto, por que tem
965 burocracia? Qual é a justificativa? Então eu estou trazendo aqui, em nome do
966 Fórum Mineiro de Comitês de Bacia, que se reuniram ontem e hoje, o apelo a este
967 Estado para que os Comitês de Bacia sejam considerados. São órgãos de Estado,
968 a nossa legislação brasileira contempla a gestão através das bacias hidrográficas,
969 e isso não está sendo atendido nem nos 7,5% de um volume de recursos que
970 estão sendo, inclusive, direcionados. Eu concordo com o Dr. Gustavo quando
971 perguntou, e não foi muito bem explicado, sobre o restante do recurso que não foi
972 para o IGAM. Por exemplo, a minha pergunta: 22 projetos ligados a sistema de
973 informação. Que sistema de informação que conseguiu caminhar com seus
974 projetos sem burocracia ou mais bem embasados? É fundamental essa clareza,
975 porque a água e a gestão das bacias e o cuidado hídrico... Secretário, nós
976 estivemos, na semana passada, reunidos, e foi dito que não tem recurso para
977 Avaliação Ambiental Integrada, e nós pedimos que fossem priorizadas as áreas de
978 Minas com escassez hídrica. E a informação do Estado diz que é complexo e que
979 não tem recurso. Olhem aqui um saldo de R\$ 537 milhões de recurso. Tem que
980 priorizar, força-tarefa para isso, junto ao COPAM e ao Conselho Estadual de
981 Recursos Hídricos, e vamos pôr na pauta uma gestão responsável desse recurso
982 e encaminhamento realmente coerente com a grave crise ambiental e hídrica que
983 nós estamos vivendo." Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora geral do

984 IGAM: “O recurso de 7,5% do Fhidro que é repassado aos Comitês não é recurso
985 da cobrança. Portanto, não estamos falando aqui de agência ou entidade
986 equiparada. Se por acaso esse recurso for repassado para a AGB Peixe Vivo –
987 estou dando um exemplo –, não é para a AGB como agência ou entidade
988 equiparada, mas para ela como ONG, sim, porque ela é uma ONG. Ela está ali
989 como agência naquele momento. Esse é um esclarecimento a ser feito. É
990 importante registrar, porque os 7,5% são para os Comitês que não têm cobrança e
991 para os três primeiros anos da cobrança. O problema foi burocrático, sim, e tem,
992 inclusive, uma ligação com o termo de fomento. Teve a mudança da lei das
993 organizações sociais. Estão no jurídico da SEMAD, para serem analisados, uma
994 proposta de termo de fomento e também o TDCO para as secretárias, para o
995 apoio administrativo. Porque aqueles convênios, no modelo antigo, há uma
996 orientação da AGE para que não façamos mais, dadas as pendências e as
997 dificuldades que eles tinham de prestar contas. Então nós partimos para um
998 modelo em que estamos pagando, sim, mas não tudo de que precisamos... As
999 viagens... O IGAM está fazendo o esforço específico, mesmo sem ter equipe
1000 adicional, para pagamento de passagens, de diárias, e isso tudo é processado
1001 dentro do IGAM e finalizado na SEMAD. Então nós temos feito esse trabalho, os
1002 Comitês têm viajado com suas diárias e tudo o mais. A questão do apoio
1003 administrativo é que exige esse TDCO. Inclusive, o Germano deu uma atenção
1004 especial para isso. E logo que o Dr. Adriano entrou nós fizemos uma reunião só
1005 para discutir tendências do Fhidro, seja contrapartida não financeira, que é uma
1006 dificuldade que todo mundo tem, seja o TDCO para os secretários. Foi tudo
1007 disponibilizado pela MGS, mas a forma de viabilizar o repasse a SEMAD tem que
1008 trabalhar nesse TCDO. Inclusive, as secretárias já estão disponíveis, concursadas
1009 pela MGS. É uma questão de viabilizar a forma administrativa. É uma dificuldade
1010 burocrática nossa, interna, que nós estamos sanando. Agora, parte do recurso
1011 para diárias, execução, acompanhamento dos trabalhos dos Comitês, eles têm
1012 recebido, regularmente, desde que o IGAM – mesmo sem ter uma equipe
1013 específica para isso – assumiu esse trabalho na Gerência de Apoio.” Maria de
1014 Lourdes Nascimento Amaral/Sefhidro: “Quanto aos projetos de sistemas de
1015 informação, são projetos antigos, já executados, já finalizados. São projetos de
1016 2006. Um é do Paraopeba, outro do GD1, GD2. São projetos bem antigos, não
1017 são projetos executados agora. Foram executados em 2006, 2007 e 2008.”
1018 **Encaminhamento do Plenário do COPAM.** Presidente Germano Luis Gomes
1019 Vieira: “São duas propostas. Uma primeira proposta é nossa, interna, do fluxo dos
1020 processos internos do IGAM, Secretaria do Fhidro e Diretoria de Convênios e
1021 Contratos. Eu gostaria que vocês trabalhassem nisso, Fernanda, para talvez
1022 montar um grupo de discussão de uma instrução de serviço de trâmites dos
1023 processos. No segundo encaminhamento, que eu acho que é externo, eu não
1024 gostaria de formalizar um grupo de trabalho, porque vamos ter que publicar uma
1025 norma, e até publicar já acabou a discussão e o Fhidro já venceu. Então eu queria
1026 que se realizassem quantas reuniões fossem necessárias. Reunião pública.

1027 Convidamos os conselheiros do COPAM e do CERH para discutir os aspectos que
1028 são macro do Fhidro: concepção, fluxo, possibilidades de parceria. Discussão que
1029 depois, inclusive, poderá ser levada à Assembleia. Eu gostaria que a Secretaria
1030 Executiva coordenasse essas reuniões públicas. Então começamos a fazer uma
1031 reunião pública, daqui a duas ou três semanas, convidamos todos os
1032 conselheiros, a SEMAD e o IGAM apresentam mais dados, mais concepções, do
1033 que já temos levantado. A partir disso, nas reuniões seguintes, nós vamos
1034 trazendo, para as ordinárias do COPAM, a evolução dessas reuniões públicas. Os
1035 senhores estão de acordo? Eu acho importante incluir o CERH, senão fica uma
1036 discussão aqui paralela com a discussão lá. Nós convidamos tanto o COPAM
1037 quanto o CERH e fazemos nos moldes de reuniões públicas, com o tema
1038 específico do Fhidro. Todos os conselheiros serão convidados, e aqueles
1039 interessados em contribuir, que venham. Depois, nós vamos reportando, nas
1040 ordinárias do CERH e do COPAM, aquilo que foi discutido e o que foi internalizado
1041 pela Secretaria, pelo IGAM ou pelos demais órgãos e entidades do Estado. Tem
1042 pessoas aqui que são integrantes do fórum, e, convidando os conselheiros, nós
1043 estamos convidando pessoas também das outras instituições. Todos de acordo?
1044 Então aprovado o encaminhamento.” **7) REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS**
1045 **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**
1046 **Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Henri Dubois Collet, diretor
1047 de Unidades de Conservação/IEF apresentou a situação atual das unidades de
1048 conservação no Estado. Dentro da apresentação detalhada do tema, foram
1049 destacados, dentre outros, os seguintes números: unidades de conservação de
1050 proteção integral com posse e domínio público obrigatórios: regularizadas,
1051 34,75%; em regularização, 26,60%; a regularizar, 38,64%. Situação atual dos
1052 parques, estações ecológicas e reservas biológicas. Foi destacado também que
1053 existem “muitas unidades que estão sendo adquiridas por compensação de
1054 reserva legal no interior de unidades de conservação têm o procedimento de
1055 regularização em andamento”. “As áreas de UCs são de 515 mil hectares, que
1056 correspondem a 100%, e representam quase menos de 1% do território do
1057 Estado.” “Nós temos uma série de dificuldades, mas a maior delas é o problema
1058 da regularização fundiária de cada propriedade, o que não depende diretamente
1059 do IEF.” **Debates.** Conselheiro Miguel Angelo Andrade: “Eu vejo que tem um
1060 dilema. Tem áreas prioritárias no Estado para conservação da biodiversidade, que
1061 são áreas prioritárias. Então eu fico me perguntando. Daqui a 20 anos, daqui a
1062 dez anos, como vai estar o Estado em termos de unidades de conservação? Nós
1063 temos que começar a planejar isso agora. Considerando alguns atributos. Por
1064 exemplo, me parece que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário fez um trabalho
1065 interessante sobre terra devoluta. Relevância versus complexidade. Dinheiro, eu
1066 imagino que não vamos ter agora, o que não nos exime da responsabilidade. Mas,
1067 por outro lado, nós temos áreas de interesse como prioridade de conservação no
1068 Estado, com política pública definida, e que são devolutas. Eu queria
1069 complementar a esses estudos que têm sido feitos para novas unidades de

1070 conservação. Nós estamos criando, às vezes, um problema. Por mais que o
1071 'parque de papel' tenha funcionado, nós temos outras áreas que estão disponíveis
1072 no Estado, o Estado é gigantesco. E essas áreas, querendo ou não, vão ser
1073 ocupadas e não vão ser regularizadas nunca, porque são terras devolutas. Eu
1074 queria colocar isso também para apreciação do COPAM. Como política ambiental
1075 do nosso Estado, que se determine a priorização de áreas não somente em terras
1076 devolutas, mas que seja um grande argumento para dar celeridade. O problema
1077 não é falta de disponibilidade de terra. Talvez, aliado às estratégias do IEF,
1078 identificar essas áreas segundo o nosso Mapa de Áreas Prioritárias para
1079 Conservação, que já está publicado, já é política pública. Eu queria registrar isso
1080 aqui. E em áreas devolutas. O custo é praticamente zero. Salvo a ocupação de
1081 uma ou outra comunidade tradicional, com o que certamente temos que ficar
1082 atentos, eu queria reforçar essa estratégia para criação de novas unidades de
1083 conservação." Henri Dubois Collet, diretor de Unidades de Conservação/IEF: "Eu
1084 acho importante fazer esses esclarecimentos. Na questão desse número de 53%,
1085 pode ser que 20% sejam de terras devolutas. Nós iniciamos um trabalho com a
1086 Seda, com o subsecretário Geraldinho, que está começando justamente a
1087 encaminhar, porque é o problema. É preciso fazer geo, porque a terra que a
1088 pessoa está ocupando, que fala que é do avô, virou terra devoluta, devolveu para
1089 o Estado. Não é dono, é posseiro. Se tem um registro do bisavô ou do tataravô,
1090 tem que devolver. Só que nós temos que medir. Só que, para fazer essa medição,
1091 nós precisamos de R\$ 17 milhões. Para fazer dentro desse cronograma das 53%.
1092 Se não tiver recurso mínimo, não conseguimos fazer também... Dos próximos 14
1093 mil hectares que queremos criar de unidade de conservação, talvez tenhamos que
1094 desapropriar 2.000 ou 3.000 hectares. Então é importante também esse trabalho
1095 do CAR, que está vindo agora com mais robustez, e esperamos que isso nos
1096 facilite nesse georreferenciamento de cada uma das propriedades." **8)**
1097 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
1098 Jairo José Isaac declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.
1099

APROVAÇÃO DA ATA

1100
1101
1102
1103 **Germano Luis Gomes Vieira**
1104 **Presidente suplente do COPAM**